

Diretrizes do Programa Orlando Silva – Prefeito de São Paulo

INTRODUÇÃO

O PCdoB é o partido político mais antigo do país. Sobreviveu a dois regimes ditatoriais e, desde 1985, foi legalizado e participa regularmente dos processos eleitorais no Brasil e na capital de São Paulo.

A defesa das liberdades democráticas, da soberania e do desenvolvimento nacional, dos direitos para os trabalhadores e a tolerância política são marcas indelévels da atuação do Partido, como está registrado na história pela atuação de suas lideranças.

Desde a bancada eleita na Constituinte de 1946 até os dias atuais, o PCdoB tem grande contribuição na formulação de políticas públicas em todas as esferas. Para citar alguns exemplos, foi o então deputado federal comunista Jorge Amado quem garantiu a liberdade de culto religioso no ordenamento jurídico nacional; na assembleia paulista, em iniciativa pioneira, o deputado Caio Prado Junior concebeu o embrião do que viria a se tornar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

No Congresso, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, os representantes do PCdoB dignificam o parlamento sendo voz ativa na defesa dos trabalhadores e atuando com independência e galhardia. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, o Partido passou também a acumular experiência administrativa no Executivo de governos municipais, estaduais e federal.

No último período, no que diz respeito às experiências próprias de administração pública, destacam-se a atuação do governo do Maranhão, que tem empreendido um ousado programa de recuperação do estado e combates às desigualdades à partir da

Educação, além de ter sido considerado um exemplo de êxito no combate à pandemia de Covid-19.

Em nível federal, quadros do PCdoB já estiveram à frente do Ministério do Esporte, Ciência e Tecnologia e Defesa Nacional, além de importantes agências reguladoras, como a Ancine e a Agência Nacional do Petróleo. Programas como o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte; o impulso e a valorização da produção audiovisual e cinematográfica nacional; a descoberta do pré-sal e o consequente novo marco regulatório do setor de óleo e gás são algumas das iniciativas que tiveram decisiva participação de quadros do Partido na administração pública.

Aqui mesmo na capital paulista, lideranças do Partido exerceram diversos mandatos parlamentares e já participaram de governos nas secretarias de Esportes, de Igualdade Racial e Educação, em subprefeituras e na vice-prefeitura da cidade. No legislativo municipal, o PCdoB foi determinante na CPI da Dívida Pública, na relatoria do projeto que criou o Bilhete Único, na formulação de leis sobre acesso à saúde, preservação de empregos e direitos humanos. Na esfera executiva, foi da lavra de quadros do Partido a recuperação dos clubes e centros desportivos municipais, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; a inserção da história da África na grade curricular paulistana, por iniciativa da SMPPIR; além de programas intersecretariais, como o Prefeitura no Bairro e os preparativos para a recepção de grandes eventos, como os jogos da Copa e a Fórmula 1, entre os anos 2013-2016.

É importante frisar que tais experiências sempre foram marcadas pelo espírito público, capacidade de realização e o diálogo democrático permanente com os outros poderes e a sociedade civil organizada.

Um líder preparado

A história de Orlando Silva é de superação. Nascido em família humilde, na periferia de Salvador (BA), conhece o racismo estrutural e as agruras mais sentidas do povo pobre

por ter vivido, sentido na pele, e não de ouvir dizer. Isso lhe dá a sensibilidade social necessária para colocar a pauta do emprego e da renda, do combate à miséria e às desigualdades sociais, no centro dos desafios da gestão pública da cidade. Por isso, a obsessão de gestão liderada por Orlando Silva será combater o desemprego e, para tanto, lançará mão de um Programa Emergencial de Emprego e Renda.

Veio para São Paulo no início dos anos 1990 como líder estudantil e aqui se estabeleceu para construir a vida. Aqui constituiu família e teve três filhos. Foi vereador, tendo participado de projetos importantes, como a Lei de Incentivo da Zona Leste, que contribuiu para fixar empresas e empregos na região, e criou a lei que garante a participação de 50% de mulheres nos conselhos municipais.

Orlando Silva é atualmente deputado federal reeleito. Foi Ministro do Esporte e seu desempenho como gestor é reconhecido e resultou em políticas benéficas que até hoje perduram, como o Bolsa-Atleta, a Lei de Incentivo ao Esporte e a colocação do Brasil na rota dos grandes eventos esportivos internacionais, como Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Orlando é um dos deputados mais atuantes no Congresso Nacional. Foi relator da nova Lei de Migrações, referência por se pautar nos direitos humanos e na acolhida; relatou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que salvaguarda a privacidade dos usuários e de internet e regulamenta o uso dos dados, e tem cumprido papel destacado no debate das Fake News. Também foi o relator do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que cria mecanismos para evitar demissões durante a pandemia. Além disso, Orlando teve papel fundamental na criação do auxílio emergencial de R\$600. Orlando é o melhor Deputado Federal de São Paulo.

A indicada como candidata a vice-prefeita espelha o compromisso do Partido com a luta dos trabalhadores, das mulheres e da saúde pública. Andrea Barcelos é uma mulher de fibra, pessoa com deficiência, trabalhadora desde jovem, foi bancária por décadas e tornou-se referência entre seus pares, tendo sido eleita diretora do Sindicato dos

Bancários. Formou-se enfermeira e nos últimos anos atou no sistema municipal de saúde, tendo inclusive trabalhado na linha de frente do enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A ligação histórica do PCdoB com as periferias e movimentos populares, com as lutas operárias por salários e direitos, por moradia digna, igualdade racial, de gênero por direitos da pessoa com deficiência e por uma São Paulo que atenda aos anseios de seu povo autoriza e legitima o Partido a se apresentar para a disputa eleitoral.

Por outro lado, a trajetória e a experiência do nome que oferece podem dar novo impulso a uma metrópole grandiosa, mas que se encontra estagnada e aviltada por interesses políticos e econômicos que desconsideram as necessidades de quem constrói sua riqueza diariamente, os milhões de trabalhadores e trabalhadoras que aqui vivem.

Orlando Silva é um líder político realizador e arguto, capaz de dialogar com todos os segmentos e trazer para a cidade os recursos e projetos que urgem em ser implementados. Orlando está preparado para governar São Paulo primeiro para quem mais precisa.

1. São Paulo, Cidade Democrática

É nas cidades que se expressa concretamente a cidadania. São Paulo, como a maioria das grandes cidades brasileiras, cresceu sob uma ótica excludente e caótica, negadora dos direitos de cidadania. A partir de 1985, com o processo de redemocratização, inúmeras experiências começaram a lidar com a questão democrática e com as desigualdades geradas pelos diversos projetos excludentes.

A esquerda e os democratas brasileiros construíram nesse período experiências de gestão das cidades que se contrapunham à visão autoritária e buscavam construir alternativas

para enfrentar as demandas advindas das lutas urbanas (por moradia, educação, saúde, entre outras) que emergiam após a explosão desordenada da urbanização do país.

Como fruto do processo de redemocratização é aprovada a Constituição Federal de 1988 e, com ela, muitos direitos de cidadania são previstos. Pela primeira vez os municípios são reconhecidos como um ente autônomo da federação, com atribuições exclusivas ou compartilhadas.

Quais são os comandos emanados da Constituição?

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, a Constituição Federal estabelece um objetivo fundamental para a Administração Pública: a construção de uma sociedade livre, justa, soberana, desenvolvida, sem pobreza, que reduza as desigualdades sociais e regionais e sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

São estabelecidos no *Art 5º* os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que garantem o funcionamento de uma democracia política e que preveem, entre tantos outros, a igualdade entre homens e mulheres, vedando a submissão de pessoas a situações desumanas ou degradantes.

Por fim, são previstos direitos sociais, expressão da ideia da construção de um Estado de bem-estar social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

“Cidades democráticas” é uma concepção política na qual a gestão das cidades está voltada à garantia desses direitos estabelecidos na Constituição, sejam eles políticos, sejam eles sociais. É construir uma cidade em que todos possam usufruir desses direitos.

É uma cidade em que os espaços públicos são apropriados pela cidadania. As ruas abertas a uma população plural e diversa, que produz riqueza e que se beneficia dessa produção. A produção cultural e a prática esportiva espalham-se pelo território, abrangendo todos os gêneros e todas as idades, respeitando todas as tradições dos cidadãos que nela vivem.

É uma cidade em que o orçamento está voltado ao atendimento das necessidades daqueles que mais precisam. Em que as políticas públicas são debatidas com a sociedade em busca das melhores soluções para os principais problemas.

É uma cidade voltada para a garantia dos direitos de cidadania de todos, na qual nenhum cidadão é submetido a situações degradantes ou desumanas. Uma gestão voltada ao combate às desigualdades, ao enfrentamento da pobreza e à construção de um desenvolvimento que permita o acesso de todos aos direitos sociais.

É uma cidade em que os equipamentos públicos oferecem um nível adequado de prestação de serviços, independentemente de sua localização e de seu público, e o serviço público é valorizado e reconhecido.

É uma cidade que proporciona acessibilidade em suas ruas, calçadas, próprios públicos e fiscaliza a iniciativa privada para que também o faça, respeitando e proporcionando as condições adequadas para a participação das pessoas com deficiência em todas as atividades cotidianas.

É uma cidade em que a administração pública não é capturada por interesses privados e que consegue executar de forma eficiente as suas principais atribuições. Os contratos e licitações não são construídos em função de grandes interesses econômicos, mas sim visando o interesse público, privilegiando a descentralização dos recursos e o apoio a pequenas e médias empresas e às cooperativas.

É uma cidade que considera toda a sua inteligência e toda a sua capacidade produtiva na hora de elaborar políticas públicas, levando em conta a força do seu povo espalhado pelas periferias e não só parcelas mais elitizadas da população. As periferias são consideradas lugar de potência, não apenas de carência.

Além de todos os direitos de cidadania previstos na Constituição Federal, a concepção de Cidades democráticas incorpora as lutas pelo **Direito à Cidade**, considerando o espaço urbano como aquele no qual se realizam “múltiplas dimensões da vida social, cultural e humana, para além das tradicionais funções de local de moradia e trabalho”.

Novas exigências de qualificação dos espaços urbanos, de recuperação de espaços públicos degradados e de ocupação da cidade são colocadas na pauta: implantação de ciclovias, prevalência do transporte coletivo ante ao individual, melhoria da mobilidade de forma a permitir o acesso da periferia aos principais bens produzidos na cidade, tudo isso se articula na ideia de uma nova agenda urbana, na qual o conceito de sustentabilidade perpassa transversalmente todas as políticas públicas.

Em resumo, uma Cidade Democrática deve garantir a existência de um espaço democrático de exercício da cidadania, dos direitos sociais e voltado para a construção de uma visão de futuro de cidade mais justa e aberta para toda a população.

Nesse sentido, a construção de uma Cidade democrática significa a construção de uma alternativa à concepção autoritária e neoliberal do Bolsonarismo, que trabalha no sentido exatamente contrário daquele construído pelas mais diversas forças progressistas a partir da redemocratização do país.

2. São Paulo, Cidade Antirracista

Não existirá uma cidade verdadeiramente democrática sem que ela assuma como tarefa da administração pública combater o racismo estrutural. Nesse sentido, a nossa São Paulo democrática deverá ser necessariamente antirracista.

O combate ao racismo será uma prioridade da Prefeitura presente em todas as políticas públicas. A cidade antirracista homenageará o princípio constitucional da dignidade humana e trabalhará pela incorporação da diversidade e promoção da justiça social.

A mesma dinâmica que tratou seres humanos como mercadorias, que escravizou vidas indígenas e africanas, segue presente no dia a dia de São Paulo promovendo exclusão e desigualdade, preconceito e violência, desemprego e falta de oportunidades.

Durante séculos, uma sofisticada tecnologia de dominação foi desenvolvida para naturalizar que a maior parte da população não tivesse acesso aos direitos mais básicos: habitação, saúde, educação e emprego. Essa ideia, de que é normal que amplas parcelas do nosso povo não tenham direito ao exercício de sua cidadania plena, precisa ser

desconstruída na atuação diária das políticas públicas municipais. Sem a destruição desse mecanismo perverso a democracia nunca será plena.

Essa luta deve acontecer em todos os níveis da vida humana, inclusive no campo do simbólico. Um prefeito negro deve transformar sua gestão na ponta de lança dessa batalha contra o racismo estrutural e institucional.

Tamanho desafio não será possível sem a constituição de uma equipe que reflita a força dessas pessoas que sempre enfrentaram toda sorte de dificuldade para provar o seu valor. Na composição do secretariado, na distribuição dos cargos de chefia, na formulação das políticas públicas, em todas as decisões relevantes, a temática antirracista estará representada. Será tarefa dessa equipe, em articulação com a sociedade civil e com o Legislativo Municipal, propor um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, peça central da futura gestão da cidade.

Será valorizada a história dos negros e dos índios em São Paulo, sua memória recuperada e ensinada para as gerações atuais e futuras. A vida e obra desses heróis, transformados em anônimos pela imposição da força, ganhará a visibilidade que até hoje lhes foi negada. Não mais serão os opressores, os escravagistas, os ditadores e seus lacaios as personagens homenageadas em São Paulo. A prioridade será daqueles que com seu suor e sangue fizeram a riqueza da Cidade de São Paulo.

A máquina administrativa da cidade será preparada para atuar na linha antirracista, assegurando a transversalidade das políticas de promoção de igualdade racial. A legislação será revista à procura de mecanismos que impeçam o desenvolvimento da igualdade racial ou favoreçam a manutenção do racismo.

As políticas públicas levarão sempre em conta essa dimensão igualitária, promovendo ações afirmativas onde for possível e adotando o princípio da não discriminação. Os

servidores serão capacitados e conscientizados da importância de uma postura inclusiva. Os concursos públicos exigirão que todos os candidatos a um posto na administração conheçam os fundamentos das políticas afirmativas, partindo do conhecimento do Estatuto da Igualdade Racial.

A Prefeitura, através de uma Defensoria da Cidadania, acompanhará e dará suporte legal a todas as vítimas de discriminação e acompanhará todo e qualquer auto de resistência emitido na Cidade de São Paulo.

Será proposta legislação que penalize as empresas no caso de ocorrência de atos discriminatórios por seus funcionários, sejam eles próprios ou terceirizados, e que preveja para os casos mais graves a cassação dos alvarás de funcionamento. Por outro lado, serão valorizadas empresas e empreendimentos que adotem boas práticas e experiências inovadoras de promoção da igualdade e combate ao racismo.

Estabelecimentos racistas não oferecem segurança ao cidadão para frequentá-los e devem ser fechados. Ao mesmo tempo, a Prefeitura trabalhará em parceria com as empresas para oferecer capacitação gratuita para seus empregados, com especial destaque para o ramo de segurança privada.

O antirracismo é a postura cobrada de todos no tempo atual. A prioridade a essa ideia pelo poder público é a proposta de um desenvolvimento pleno dos direitos de toda a população, construindo bem-estar, riqueza, educação, cultura e saúde para todos.

3. São Paulo, Cidade que cuida primeiro de quem mais precisa

Toda disputa política, no fundo, se materializa em disputa pelas prioridades de aplicação do orçamento público. Sendo assim, basta andar por São Paulo para ver esse conflito distributivo: como pode uma cidade-estado, metrópole mais rica do país, com previsão orçamentária para 2021 de R\$ 68,2 bilhões, conviver com índices de IDH europeus em

Moema e similares aos de países paupérrimos, na Cidade Tiradentes? É muita desigualdade para a mesma cidade.

Para enfrentar essa realidade, a Gestão Orlando Silva e Andrea Barcelos vai adotar uma estratégia clara: CUIDAR PRIMEIRO DE QUEM MAIS PRECISA. Com objetividade e coragem, afirmamos que vamos concentrar os investimentos nas pessoas, áreas e regiões que mais necessitam de apoio da Prefeitura. CONSTRUIREMOS UMA SÃO PAULO MAIS IGUALITÁRIA, mesmo que fortes interesses econômicos e políticos tenham que ser enfrentados. São Paulo contará com a contribuição de todos os seus cidadãos na medida de suas possibilidades e oferecerá serviços públicos a todos, mas o fará prioritariamente para aqueles que mais têm necessidades.

Não se trata de fazer simplificação dos problemas de uma metrópole com 12 milhões de pessoas, mas de estabelecer prioridades políticas que se refletem em diretrizes administrativas.

É sabido que o orçamento municipal tem inúmeras restrições que impedem que a Prefeitura consiga resolver no curto prazo todos os principais problemas da Cidade, fato que se agrava com os terríveis efeitos econômicos gerados pela pandemia e pela incompetência do Governo Federal.

O federalismo brasileiro atribuiu aos municípios brasileiros muitas obrigações, como na área da educação e da saúde, sem que a distribuição da arrecadação total dos tributos fosse proporcional às tarefas de cada um, pelo contrário os municípios são subfinanciados. Melhorias de gestão, combate à corrupção, constituição de boas equipes técnicas nas diversas secretarias, são medidas que podem auxiliar a Prefeitura a conseguir recursos para financiar programas importantes. Contudo isso não é suficiente.

E, conforme ensina a lei universal da economia, se as necessidades são infinitas e as possibilidades finitas, cabe ao poder público optar pelo que atender primeiro.

Historicamente, foram beneficiados, no caso paulistano, os bairros e regiões mais ricas da cidade, o que produziu desigualdades terríveis. O que estamos dizendo é que invertemos essa lógica, realizando os investimentos públicos da periferia para o centro, partindo de atender a demanda repressada daqueles que mais precisam.

E quem é essa população que mais precisa?

São as negras e negros que sofrem o racismo estrutural cotidianamente, que têm sua cultura e história apagados, que se concentram nas áreas periféricas e com menor infraestrutura da cidade, com menos ou nenhum acesso aos serviços públicos essenciais.

São os trabalhadores usuários do transporte público que perdem horas importantes de sua vida em um sistema obsoleto e caro, muitas vezes expostos a doenças como a Covid-19. E os trabalhadores autônomos que tem sua jornada de trabalho precarizada e para os quais a cidade não oferece nenhuma estrutura de suporte e apoio.

São as mães que não conseguem vagas em creches que permitam a compatibilização com sua jornada de trabalho. São as pessoas com deficiência, que têm negado ou dificultado seu direito de ir e vir, de aprender, de praticar esporte e de ter acesso às manifestações culturais. São os idosos que necessitam de melhor atenção à saúde e de acesso à prática da atividade física.

São os jovens que não contam com oportunidades para ingressar no mercado de trabalho. São os estudantes da rede municipal que não conseguem ter acesso a uma educação de mais qualidade e à rica produção cultural paulistana

É a população LGBTQI+ que tem negado pelo preconceito os seus direitos mais básicos, sempre sujeita à absurda violência. É a população de rua, exposta às

intempéries, ao tráfico, à violência e à fome. São os indígenas que sempre têm a sua existência física e cultural ameaçadas.

E como a Prefeitura vai priorizar quem mais precisa?

Alocando os recursos orçamentários segundo as regiões que concentram mais população e têm piores Índices de Desenvolvimento Humano, que não contam com bibliotecas, com parques, com centros esportivos, com unidades de saúde. Onde as oportunidades de emprego são raras e enchentes e deslizamentos são frequentes.

As subprefeituras de regiões mais carentes terão o seu orçamento dobrado. Não faz sentido que subprefeitura tenham uma distribuição do recurso per capita tão desigual.

Os programas e projetos de todas as áreas da prefeitura serão prioritariamente implantados nos distritos mais necessitados e com piores indicadores sociais. Políticas de educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, mobilidade, renda, ciência, se integrarão nesses territórios prioritários como uma alavanca para impulsionar o desenvolvimento social e promover a qualidade de vida.

Se não é possível que no curto prazo todas as escolas da cidade contem com bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios, no nosso governo as escolas dos mais carentes distritos serão as primeiras a serem reformadas equipadas.

Se nem todas as UBS contam com equipes completas, as unidades localizadas nas regiões com os piores indicadores serão as primeiras a serem reforçadas.

Se ainda não há financiamento para a implantação de tarifa zero no transporte público, vamos iniciar com o passe livre para o desempregado, implementando a lei já existente e nunca cumprida.

A Prefeitura vai se comprometer com um conjunto de metas anuais de redução das desigualdades e acompanhará junto com a sociedade civil a sua evolução. Todas as políticas públicas atuarão de forma integrada, nos distritos prioritários, para combater a exclusão, melhorar os serviços públicos e MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS.

SÃO PAULO deixará de ser a cidade na qual riqueza e pobreza se enfrentam no dia a dia para ser a SÃO PAULO que busca constantemente a igualdade, na qual a riqueza é melhor distribuída e a pobreza extrema deixa de existir.

4. Programa Emergencial de Emprego e Renda para São Paulo

Desde 2017, o desemprego na cidade de São Paulo cresce sem que o poder público implemente políticas efetivas para a geração de emprego e renda. No primeiro trimestre de 2020, o desemprego já alcançava o patamar de 13,2% da população, representando mais de 1 milhão de trabalhadores desempregados. Isso ainda antes da economia sofrer os graves impactos da pandemia de Covid-19.

Os dados do segundo trimestre devem apontar o desemprego para cerca de 15% da população paulistana. Já são milhares de empresas fechadas e a perspectiva é de agravamento da crise nos próximos meses, principalmente pela inação dos governos municipal, estadual e federal.

Uma política emergencial de geração de empregos e de renda será a principal prioridade da Prefeitura em 2021. Nosso objetivo será a redução do desemprego em 30% em 12

meses, tendo como meta criar 300 mil novos postos de trabalho na cidade através de ações diretas e indiretas da gestão pública.

A Prefeitura de São Paulo desenvolverá um programa de obras públicas focado na infraestrutura urbana, desbloqueando as que se encontram paralisadas, e constituirá, com a rapidez necessária, o plano de execução de novas obras, sobretudo na periferia da cidade. Executaremos também intervenções de impacto local, como reformas em aparelhos públicos da educação, cultura, esporte e saúde espalhados em toda cidade.

O novo prefeito vai liderar um grande movimento de união de toda a sociedade paulistana com o objetivo de gerar emprego e renda, diminuindo o impacto econômico da pandemia de Covid-19 sobre a economia da cidade. Trabalhadores, empresários, autônomos, entidades da sociedade civil, todos serão chamados a se mobilizar nesse grande enfrentamento ao desemprego, à fome e à pobreza.

Criaremos canais diretos de diálogo com os setores produtivos, entre eles o Conselho Municipal de Desenvolvimento, com o objetivo de reunir todos no esforço para garantir o bem-estar do nosso povo, construindo de forma democrática o conjunto de intervenções que será realizado emergencialmente.

Os investimentos públicos serão priorizados pela capacidade de gerar empregos na cidade, pelo impacto na qualidade do gasto público, por sua sustentabilidade e sempre olhando primeiro para aqueles que mais precisam.

Medidas serão tomadas para agilizar os processos de aprovação de projetos que se iniciem no horizonte de até seis meses do início do ano. Incentivos temporários serão desenhados para antecipar investimentos, apoiando a uma rápida resposta do mercado de trabalho.

O estoque de Termos de Permissão de Uso (TPU) sem análise será tratado com a urgência e a rapidez necessária, levando em conta o impacto sobre o comércio e serviços, mas permitindo que milhares de trabalhadores possam exercer suas atividades profissionais de forma regular.

A Prefeitura de São Paulo atuará para regulamentar de modo eficiente os aplicativos utilizados na cidade, de modo a diminuir a exploração dos trabalhadores informais que atuam e sobrevivem desse modelo de trabalho.

O plano deve abranger a geração de empregos e rendas em todos os segmentos, dos menos qualificados aos mais especializados, buscando um maior impacto sobre a atividade econômica da cidade.

O auxílio às micro e pequenas empresas estará na ordem do dia. Criaremos o Fundo Municipal de Desenvolvimento, organismo próprio da cidade, para gerar desenvolvimento através de créditos simplificados para os pequenos empreendimentos.

Todas as propostas apresentadas terão como centro a manutenção e a ampliação de empregos, preferencialmente nas regiões periféricas da cidade e considerando a proporção de jovens, mulheres e negros na sociedade.

O caráter emergencial do plano não significa que o investimento realizado será de baixa qualidade, pelo contrário, serão priorizadas ações de alto impacto. Para isso algumas diretrizes serão adotadas:

- Prioridade de investimento público nas áreas mais carentes da cidade;
- Descentralização das contratações, dentro da lógica de maior atuação das subprefeituras, em ações regionalizadas sempre que possível;

- Preferência para a economia solidária;
- Investimentos sustentáveis com impacto relevante no meio ambiente;
- Investimentos na execução de projetos básicos e executivos de obras estruturantes de infraestrutura, permitindo à Prefeitura uma atuação mais profissional na captação de investimentos nacionais (privados, governo Estadual e Governo Federal) e estrangeiros (privados, junto aos países e bancos dos BRICS, Banco Mundial entre outros).

Propostas:

- Contratação emergencial de trabalhadores especializados para atuar nos equipamentos públicos municipais, em especial os Centros Educacionais Unificados (CEUs): profissionais de educação física para atuação nas escolas e equipamentos esportivos, parques e praças; profissionais de enfermagem; profissionais da cultura, grafiteiros e artistas de rua bolsistas para divulgação científica nas escolas;
- Criação de Frentes de Trabalho voltadas para: limpeza e desassoreamento de córregos; o combate a vetores transmissores de doenças como dengue, zika, chicungunha e febre amarela; plantio de árvores; implantação de micro-estrutura nas regiões mais carentes;
- Reforma das calçadas do centro expandido para que 100% delas seja semipermeável no espaço de 18 meses, com a Prefeitura permitindo o abatimento do investimento realizado no pagamento de impostos municipais ao longo de 4 anos;
- Construção de bases de apoio aos trabalhadores de aplicativos e taxistas;
- Incremento nas leis municipais de incentivo à Cultura; criar linhas de créditos para produção da Cultura e do Entretenimento; Incentivos às produções cinematográficas e audiovisuais, com facilitação de autorizações de filmagens, desburocratização, apoios estruturais e incentivos fiscais.
- Programa de crédito subsidiado: A Prefeitura arcará com os juros de empréstimos tomados pelas micro e pequenas empresas para a reativação/manutenção de suas atividades.

- Contratação dos projetos executivos para a implantação de corredores de ônibus na Cidade.
- Reforma de equipamentos públicos para adaptá-los às condições sanitárias adequadas para o funcionamento pós-pandemia, principalmente nos bairros mais carentes de infraestrutura. O mesmo valerá para as reformas de acessibilidade necessárias à utilização dos equipamentos públicos pela pessoa com deficiência.
- Reforma de escolas para a implantação de quadras de esporte, bibliotecas e laboratórios;
- Busca de investidores públicos e privados para o desenvolvimento de projetos estratégicos, prioritariamente nos planos de mobilidade, habitação, criação de parques industriais de tecnologia, inovação e cultura criativa.;
- Criação de bolsas de trabalho para estudantes para a promoção da ciência, do esporte, da cultura e da educação.

Fontes de Financiamento:

Orçamento próprio – redirecionamento de prioridades orçamentárias;

Revisão de todos os contratos da Prefeitura;

Auditoria da Folha de Pagamentos;

Mutirão de Cobrança de Dívidas Municipais;

Fontes Federais: recursos diretos do Tesouro, BNDES e outras linhas de créditos;

Empréstimos Internacionais: BID, BIRD, Fundos Públicos e Privados, Fundações Internacionais Públicas e Privadas, Governos;

Iniciativa Privada: Empresas Públicas e Privadas através de parcerias permitidas em lei.

5. São Paulo, democracia construída a muitas mãos

A candidatura de Orlando Silva e Andrea Barcelos à prefeitura representa um movimento democrático e popular, portanto, construído a muitas mãos. Isso se reflete

também nesse Programa de Governo, que está em construção permanente e tem na campanha eleitoral o momento privilegiado de diálogo e coleta de sugestões, venham elas a partir da militância e dos segmentos organizados que apoiam este projeto, das propostas surgidas do contato direto com a população ou através dos canais de contato da candidatura.

A Cidade de São Paulo possui um sem número de questões específicas que afetam todas as áreas sensíveis da administração pública, desde as finanças e planejamento até as políticas sociais setoriais e multisetoriais, que requerem diretrizes e metas próprias.

Este Programa terá adendos, durante o período permitido pela justiça eleitoral, para dar diretrizes e metas objetivas às áreas de desenvolvimento econômico, reindustrialização e economia solidária; saúde; educação e ciência e tecnologia; moradia; assistência social; promoção da igualdade racial e de gênero; cultura; esporte e lazer; meio ambiente e sustentabilidade; relações internacionais; mobilidade urbana e acessibilidade ,dentre outras.